



**PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA**  
**CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL**

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL DO RIO DE JANEIRO. Às quinze horas e quinze minutos do dia trinta e um de março de dois mil e vinte e dois, o Conselho Municipal de Política Cultural do Rio de Janeiro reúne seus membros integrantes em caráter extraordinário na modalidade virtual, com sala remota via internet, participando: Álvaro Maciel, Andréa Chiesorin, Carla Wendling, Ellen Costa, Flávia Piana, Igor Sebastian, Izaira França, Lia Baron, Lucia Helena Torres, Marcus Fustini, Paloma Goulart, Rosa Perdigão, Suelyemma Franco, Tarcísio Motta e Tomás Ramos. Justificado o uso da alternativa virtual em função do Decreto Nº 47.247 de 12 de março de 2020, a sala é aberta trinta minutos antes das quinze horas e os participantes são admitidos na sala virtual. O encontro é transmitido pelo canal desta Secretaria no Youtube. Após o período de tolerância e com a definição sobre a situação do quórum, a secretária executiva, Roberta Canêjo, dá início a reunião detalhando as pautas, disponibilizada aos conselheiros com antecedência, via e-mail, sendo eles: Tema da Conferência, Grupo de Trabalho para regulamentação dos Fóruns Territoriais, Regimento da Conferência, Regimento Eleitoral e Aprovação do Cronograma. Além desses pontos de pauta, foi formalizado, pela conselheira Paloma Goulart e endossado pela conselheira Andréa Chiesorin, o pedido de inclusão na pauta sobre o possível retorno das reuniões territoriais e também sobre os horários das reuniões do Conselho. Ato contínuo, a secretária executiva passa a palavra ao Secretário e presidente do Conselho, Marcus Faustini. O Secretário saúda e agradece a presença de todos e começa sua fala explicando que o governo passa por um momento de transição, onde ocorreram a saída de doze secretários e, a partir disso, está ocorrendo uma readaptação nas secretarias. O secretário diz que aguardava seu momento de fala para poder dar os informes sobre o Plano Municipal de Cultura para expor o processo de andamento do Plano. Continua dizendo que no ano passado não foi possível vencer a batalha do tempo mas, neste ano, logo que possível, a gestão retomou os trâmites para que fossem respondidos os questionamentos recebidos da Subsecretaria de Acompanhamento Legislativo e Parlamentar - SUBALPE. Flávia Piana complementa a fala do Secretário e diz que os questionamentos foram

recebidos na terça-feira desta semana, ou seja, dia vinte e nove de abril. O Secretário então retoma sua fala dizendo que quando acreditavam que as informações já estivessem alinhadas e o despacho final para assinatura e envio do documento à Câmara, receberam um novo questionamento técnico da SUBALP, que é o órgão que faz as análises de todas as leis, os processos e outros documentos que o governo manda para à Câmara. A dúvida em questão é sobre os dois por cento de orçamento da cultura, como isso seria organizado e o que isso significaria. A partir disso, o Secretário diz que sua equipe, neste momento, está debruçada sobre esta questão para que possa ser enviada a resposta a essa nota técnica que foi recebida, na esperança que seja o último questionamento realizado pelo órgão. Marcus Fustini acrescenta que é normal, nesse processo de mudança e impacto que o Plano Municipal trará, que tenha, nessa reta final, que lidar com esse tipo de questionamento e com pessoas que não estão acostumadas com o debate do campo da cultura, principalmente se tratando de orçamento. E considera normal e desejável que esses tipos de questionamentos técnicos sejam recebidos, por conta do impacto que o Plano acarretará e entendendo a grande mudança que vem a partir deste documento. O Secretário diz que gostaria de assegurar a entrega do plano à Câmara dos Vereadores antes da Conferência de Cultura prevista, entendendo a importância deste documento no processo de construção e debate da Conferência. Dito isso, o Secretário diz estar empenhado em responder a nota técnica, em relação ao orçamento. Diz que não há atraso ou outro impedimento, apenas o recebimento desta nota que precisa ser respondida. O Secretário pede para sua chefe de gabinete, Flávia Piana, que faça suas considerações caso sua análise esteja equivocada, visto que foi realizada a partir do que lhe é reportado. Flávia Piana cumprimenta os presentes, diz que a análise do Secretário está correta e lembra que, no ano passado, em um primeiro momento que o documento teria sido remetido para a SUBALP, eles teriam constatado alguns erros nas metas do carnaval, metas estas que tinham uma intenção, mas acabaram dizendo outra coisa. Acrescenta que houve uma discussão com a conselheira da cadeira do carnaval, Carla Wendling, para alinhamento e correção destas informações, mas diz acreditar que mesmo os pontos que já haviam sido respondidos outrora, foram, novamente, motivos de questionamentos. Flávia diz ainda que existem pontos que estão sendo discutidos com Lia Baron e com o consultor, Marcelo Veloso, para escrever a minuta final do documento. Diz que a resposta deve ser enviada entre hoje e amanhã e acredita que

na próxima semana já seja possível despachar para assinatura do Prefeito e encaminhar o documento à Câmara, uma vez que não sejam mais necessárias elucidações. O Secretário agradece as contribuições de Flávia e diz ter convicções sobre a necessidade de ter o Plano Municipal entregue pelo governo na Câmara para que se tenha uma boa Conferência de Cultura e completa sua fala dizendo que está na batalha argumentativa e técnica, e considera o recebimentos desses questionamentos como algo positivo, sinal de que, avançando nesses pontos, o documento irá forte e explicado para realização dos debates na Câmara. Outro ponto que o Secretário aborda, é sobre o processo de realização da Conferência. Marcus Faustini diz que com o avanço em relação a definição das datas está sendo providenciado o avanço nos processos de licitação da produtora. Diz que sua equipe, composta por Igor Sebastian e Flávia Piana, têm se reportado à ele sobre o andamento de todas as reuniões, os debates, as conversas e apontamentos mas que gostaria de definir, com urgência, sobre o tema da Conferência, visto a necessidade de incorporar esta informação no Termo de Referência - TR da produtora. Em paralelo aos trabalhos, o Secretário diz que há essa tarefa de colocar os processos adiante e que se saiba o tema que será definido. Marcus diz ter analisado algumas propostas de tema, por exemplo: “Cultura viva”, “Multicentralidades”, o debate sobre o orçamento, entre outros. Sobre a sugestão de abordar sobre o orçamento da cultura, o Secretário diz ter levado essa ideia à Subsecretária de Cultura, Ericka Gavinho, onde sugeriu a preparação de um grande painel explicando todas as etapas do orçamento da cultura e a Conferência pode discutir isso, se assim for decidido neste Conselho. Ressalta a importância desta definição para que seja possível iniciar a mobilização dos fazedores de cultura e a importância de ter o nome da cidade neste tema. O Secretário entende que o resultado será fruto de um debate, mas que estas são algumas sugestões da secretaria sobre esta pauta. O Secretário encerra sua fala inicial, agradece, novamente, a presença de todos e deseja que seja um ótimo encontro. Roberta Canêjo agradece as contribuições do Secretário e passa a palavra à vice-presidente do Conselho, Rosa Perdigão. Ela pede desculpas por um possível atraso, mas acaba de constatar que ainda não havia sido realizada a fala do Secretário. Rosa agradece a presença de todos os conselheiros e convidados e se diz solidária à dificuldade de alguns em se fazer presentes numa reunião no meio de semana e na parte da tarde. Diz que o objetivo de ter o Plano aprovado na Câmara é comum a todos, que, em sua opinião, a espera é cansativa mas

que, como conselheira, diz acreditar que seja vontade de todos em deixar esse legado. Sobre a fala do Secretário, Rosa ratifica a importância da montagem da estrutura da Conferência, até por conta das datas que vêm sendo escolhidas para realização dos processos das atividades Pré-Conferências e da Conferência. Quanto à licitação da produtora, a vice-presidente diz já ter sido encaminhado, de forma geral, o que será necessário para realização da Conferência e, quanto à data, apesar de não ter uma definição, há um consenso que ela seja realizada até o mês de junho. Rosa Perdigão diz que cabe aos presentes fazer deste encontro o mais objetivo e tirar bons encaminhamentos desta reunião. Diz ainda que se sente confortada em saber que existe a previsão de, já na próxima semana, ocorrerem os novos encaminhamentos sobre o Plano Municipal e que a falta desta informação gerou especulações, dessa forma, a chegada de uma informação concreta, que pode ser multiplicada, dando certeza do andamento do processo, acalma aqueles que acompanham e cobram os conselheiros. Rosa Perdigão agradece, novamente, a presença de todos e deseja uma ótima reunião a todos. Roberta Canêjo agradece as colaborações da vice-presidente e, para fins de esclarecimento, diz que após a fala da vice-presidente seriam realizados os informes, entretanto, o vereador Tarcísio Motta precisará se ausentar e pediu para realizar uma fala antes de sua saída. O vereador saúda os presentes e agradece a possibilidade de fala, mesmo que fora do momento mais oportuno, e explica que o horário desta reunião acaba conflitando com os processos da Câmara, onde os bastidores não estão muito calmos. Dito isso, o vereador diz que quer fazer uma saudação aos presentes e se diz ansioso com a chegada do Plano Municipal na Câmara dos Vereadores. Durante a fala do vereador ocorreu uma falha na conexão, ocasionada por duas ligações entrantes em seu aparelho, segundo justificativa apresentada pelo mesmo. Em resumo, o vereador ratifica que está ansioso pela chegada do Plano, que a Comissão de Cultura está à disposição para combinar, com a sociedade civil, o ritmo da tramitação do projeto na Câmara visando a aprovação do Plano mas a partir do debate com a sociedade, como feito no Sistema Municipal de Cultura, em outra gestão. Tarcísio Motta encerra sua fala, agradece o espaço e deseja uma ótima reunião aos presentes. Diz ainda que tem representantes de sua assessoria que permanecerão no encontro, para auxiliar no que for necessário. Roberta Canêjo agradece a fala do vereador e diz que a palavra será dada à representante da Associação Folia Carioca, que ocupa a cadeira do Carnaval, Carla Wendling, para que, a mesma, realize

o informe solicitado. Carla Wendling diz que precisa dar um informe importante e sério, pedindo, uma vez que a reunião está sendo gravada, que sua fala seja pontuada e colocada em ata, exatamente, como ela será dita. Segue o relato da conselheira: “Há, mais ou menos dez dias atrás, em um domingo, eu fui contatada por uma pessoa chamada Emídio, do bloco Badalo de Santa Teresa. E, na segunda-feira, demos início a conversa de fato. Ele me relatou sobre as suas aflições em relação ao Carnaval de Rua e de alguns Blocos e Bandas da Cidade do Rio de Janeiro. Eles não se viam representados por algumas pessoas que tem a facilidade de estar na mídia e em estar sempre com o Prefeito. E, a partir disso, ele disse: “a gente quer se reunir, que precisa conversar, que a Prefeitura não nos atende” e perguntou: “você, Carla, enquanto conselheira, o que poderia fazer?” Carla respondeu que, como Conselho, poderia encaminhar um ofício para à SMC, para a RIOTUR, para o Prefeito e para a Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Rio de Janeiro - SECEC-RJ, porque o Estado tem uma demanda necessária desse grupo que era importante ser escutada. E assim fiz. Solicitei também a presença da Comissão de Cultura na Câmara dos Vereadores, através do Tarcísio Motta, presidente da Comissão de carnaval, da Comissão de cultura, através do Reymont, e o Pratinha, da Câmara de Cultura da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro - ALERJ. Foi feito e era o que tinha para fazer, não mais. Porque essa parte de organização e convidar outros blocos e bandas não me cabia, cabia a eles e assim eles o fizeram. Só que, infelizmente, acabei me deparando com uma situação, dentro de um grupo do whatsapp, onde o e-mail, que eu havia encaminhado à SMC, estava circulando. Eu enviei o e-mail para o gabinete do Secretário de Cultura do Município. Como este e-mail foi parar neste grupo? Carla faz a leitura da mensagem recebida, mas antes explica que na Associação Folia Carioca, há uma divisão de funções. A divisão dentro da associação facilita eles estarem em todos os grupos com um representante da Associação, assim nós conseguimos dar conta de tantos grupos. Segue a leitura da mensagem: “Marcelo, veja isso. A Carla está usando a Folia para convocação e assina em teu nome. Chegou para mim.”. Alguém, de dentro da SMC, enviou esse e-mail para alguém dentro desse grupo de whatsapp. Essa pessoa não precisou nem entrar em contato, alguém que faz bico dentro da Secretaria, pois não deve trabalhar na Secretaria, ela deve trabalhar para um grupo específico. O ocorrido trouxe vários transtornos, recebemos algumas mensagens, em um tom até, dando “toquinho”. Mas, o que mais me deixou triste, foi

porque, a própria Flávia se referiu a mim, ainda há pouco, como representante do carnaval e, na verdade, a representante do carnaval é a Folia Carioca. Ou seja, eu estou há seis anos ocupando essa cadeira, como representante da Folia dentro do Conselho. O Marcelo, um dos coordenadores da Folia Carioca, me mandou um áudio, dizendo que os representantes da Secretaria entraram em contato. Não sei como conseguiram o telefone do Marcelo, pois a secretaria sabe que sou eu quem representa a Associação, enquanto conselheira. “Eles estão em dúvida em relação ao conteúdo do seu e-mail, parece que ficou confuso. Eu expliquei para eles que é você que responde pelo Conselho. Eles vão te ligar, ok?”, disse Marcelo. Quando foi oito e pouca da noite, chegou um e-mail dizendo que o Marcelo autorizou que a Secretaria não fosse a reunião, pois não foi a Folia quem convocou. A Folia não chamou nada, ela simplesmente fez um encaminhamento por um grupo, que queria se reunir com a Secretaria. Eu peço desculpas pois estou vendo alguns companheiros, o movimento se chama: União dos Blocos e Bandas da cidade do Rio de Janeiro. Na reunião na quadra da Estácio, eu não falei nada, eu peço desculpa a vocês porque eu me senti tão constrangida, ofendida, atacada e tão desrespeitada por essa Secretaria, que eu não tive coragem de dividir isso com vocês, porque é um movimento legítimo e não cabia a mim mostrar, naquele momento, a falta de respeito da Secretaria com vocês. Porque o papel que a Secretaria fez foi de desrespeitar, não só a mim, enquanto conselheira, não só a minha Associação e seus associados, como a todo o Conselho e esse movimento, porque eles só queriam ser ouvidos. É um direito de qualquer cidadão da sociedade civil ser ouvido. Eu digo: “Se eu não posso fazer meu papel enquanto conselheira, eu tenho que entregar minha cadeira.”. Se alguém aí, desse lado, não puder fazer seu papel, que entregue seu cargo. O papel do Prefeito, quando eleito, é ouvir a população, para ouvir a sociedade civil, cumprir com as obrigações dele. Escutar a sociedade civil é uma obrigação dele, assim como da RIOTUR, da SMC, da ALERJ e de todo mundo que está atrás de uma cadeira e foi eleito. A gente quer respeito. Então eu peço desculpas à união dos blocos por não ter falado isso, mas eu precisava registrar isso em ata. Enquanto eu estiver no Conselho, ainda sentada nesta cadeira, representante de minha associação, eu tenho a obrigação de quem me procurar, eu tentar agilizar os caminhos. Porque, se não, eu tenho que levantar e entregar, pois foi para isso que eu, enquanto representante da Associação, fui eleita. Agora, eu tenho que pedir desculpas à SMC porque o que eu vou falar, está me doendo muito, mas quando

eu estive com o Prefeito e pedi uma reunião do Conselho, eu disse à ele: “o senhor fala tanto de cultura, que gostava de carnaval e não me atendia enquanto conselheira.”. Ele perguntou: “Você quer que eu faça o que?”. Então eu falei: “Você marque uma reunião.”. Foi quando ele disse que eu deveria correr atrás do Secretário. Na ocasião eu não encontrei o Secretário, mas me reportei à outra pessoa que representava a SMC. Em uma live, eu agradei a SMC, porque me foi informado que a SMC teria encaminhado dois e-mails de convocação, pedindo a minha reunião com o Prefeito, e ele não respondeu. Será que essa pessoa deixou que meu e-mail fosse encaminhado para o Prefeito. Eu pergunto porque, mais ou menos um mês depois, um determinado grupo, inclusive o mesmo grupo que recebeu o e-mail, se reuniu com o Prefeito para discutir os blocos e bandas e eu, enquanto Conselho, não fui chamada. Muita coincidência, talvez. Eu quero que isso fique registrado na ata, quero agradecer a Rosa Perdigão, Ellen Costa e Andréa Chiesorin que estiveram presentes na reunião, fazendo escuta, colaborando, podendo atender as pessoas em suas angústias, assim como a Comissão de Cultura, que esteve presente através da Suelyemma Franco e a Comissão de Cultura do Carnaval, através do Tomás Ramos. Estes estavam lá, escutando e tentando ajudar essas pessoas que merecem respeito, além de tudo. Peço desculpas de novo à União dos Blocos e Bandas por não ter comentado isso, mas eu me senti extremamente constrangida e desrespeitada. Fiquei com medo de mostrar isso para vocês e mostrar o desrespeito da SMC enquanto vocês. E vocês não merecem isso. Obrigada.” Ao final de sua fala, a conselheira faz mais um pedido. Que quer ter acesso às cópias dos e-mails enviados ao Prefeito. Roberta Canêjo agradece o informe da conselheira e relata que já existem alguns conselheiros inscritos para abordar o primeiro ponto de pauta: Tema da Conferência. Seguindo a ordem de inscrições, a secretária executiva passa a palavra ao conselheiro Álvaro Maciel. Ele cumprimenta os presentes, relata a presença de convidados que estejam “pegando o fio da meada”, pois a reunião é aberta. E relata que este Conselho está prestes a realizar um grande evento, e um direito desta cidade, que é a IV Conferência Municipal de Cultura. O conselheiro diz que a última Conferência teve como tema “A Cultura como Política de Estado”. Acrescenta a urgência quanto a realização desta Conferência, uma vez que este evento deveria ocorrer de dois em dois anos. Assim como existe urgência em relação ao Plano, que também é um plano tardio, dada a importância da cidade do Rio de Janeiro, respeitada por todo o Brasil. O conselheiro relata que o Brasil

avançou na questão de seus Planos de Cultura e o Rio de Janeiro não. O conselheiro cita o exemplo da cidade de Recife, cuja Conferência foi para análise do Plano Nacional de Cultura, de dez anos. Diz ainda que o Plano de Recife já teria dez anos por ter sido lançado próximo ao Plano Nacional. Álvaro diz que este é um Conselho aguerrido, que tem conselheiros e conselheiras combatentes, que conseguiram avançar em suas propostas, mesmo não tendo condições favoráveis para tal. Diz que com a ajuda de Nilcemar, Mariana Ribas e Adolfo Konder conseguiram entregar a Lei Municipal de Cultura que ainda precisa ser regulamentada, a partir da aprovação do Plano Municipal de Cultura. Sobre o tema, o conselheiro diz que existem alguns recorrentes, que elevam a cultura como direito e também muitos ligando a cultura como vetor econômico, visto que existe um desrespeito, de alguns, como se a cultura fosse um setor periférico ou menos importante. Acrescenta que existem as leis nacionais, que acompanharam o desenvolvimento do Sistema. Como a Lei Nacional de Livro e Leitura e a Lei Cultura Viva, do qual se espalhou, no Brasil afora, os gestores, participantes, artistas e doadores dos Pontos de Cultura. Relata que quando se vai a qualquer lugar do Brasil para fazer uma reunião ou fórum de cultura, quando a pessoa se inscreve ela se refere ao Ponto de Cultura dela. Apesar de considerar formidável, diz que existe uma instrumentalização para as estruturas de Conferência. Diz que, muitas vezes, isso não se reverte em atividades de arte e cultura no próprio Ponto, por isso estas ressalvas a fazer. O conselheiro completa que a “Cultura Viva” é muito importante para este momento do Rio de Janeiro, visto a tentativa de inclusão de outros territórios com direito a política cultural. Territórios estes que ficaram, por muito tempo, excluídos durante anos. E sugere os temas “Rio Cultura Viva em uma Cidade Multicêntrica”, apesar de ser extenso, ou “A Cultura como Direito”, como uma resposta ao direito que foi negado a tantos e tantas fazedores de cultura durante todos estes anos. O conselheiro encerra suas contribuições. A Secretária executiva agradece as contribuições e passa a palavra à conselheira Andréa Chiesorin. Andréa relata que a secretária executiva pode ter se confundido nos pedidos de inscrições e diz que a conselheira Ellen Costa havia solicitado sua inscrição. Dito isto, a conselheira passa a palavra à conselheira Ellen Costa. Aproveitando o ensejo, o apoio técnico pede que as discussões paralelas no chat da ferramenta sejam cessadas, permitindo que os pedidos de inscrições sejam acompanhados de forma mais clara e sem que nenhuma conselheira tenha seu pedido de inscrição “perdido”. O apoio técnico lembra que aqueles

que querem expor seus pontos de vista ou realizar suas contribuições podem formalizar seu pedido de fala. Roberta Canêjo acrescenta que o pedido de inscrição da conselheira Ellen Costa teria sido realizado antes mesmo de ter sido dado início, oficialmente, à reunião. A conselheira Ellen Costa diz que já havia realizado uma fala anterior e que, neste momento, fez novamente o pedido de inscrição. Agradece à conselheira Andréa Chiesorin por ceder seu momento de fala e, então, dá início à sua fala. A conselheira diz que está entendendo os avanços do Grupo de Trabalho em relação à realização da Conferência, mas acredita que há muita coisa para ser discutida antes de ser decidido o tema desta Conferência. Ellen diz que para ter um tema é necessário saber qual política será discutida, mencionando a situação do Plano Municipal. Ellen questiona se será realizada uma discussão política sobre cultura na cidade, sem discutir o Plano, ou seja, sem ser dada prioridade para discussão deste documento. Acrescenta que a discussão do Plano Municipal deveria ser o tema principal e considera não ter sentido toda a organização da Conferência para discutir sobre outro tema que não tenha tamanha importância. Ellen diz que os temas sugeridos poderiam ser discutidos em um outro momento, de outra forma, que não seja na Conferência. Diz que, enquanto conselheira, não consegue enxergar o sentido de discutir algo que não é fruto da produção deste Conselho, e deixa claro que sua posição já teria sido apresentada dentro do próprio GT. Ellen Costa encerra sua fala. A secretária executiva agradece e passa a palavra à conselheira Andréa Chiesorin. Andréa saúda os presentes, diz ser muito bom poder começar a reunião já com os esclarecimentos realizados e com os repúdios apresentados. Diz ser solidária com a Conselheira Carla Wendling e acrescenta que esteve na referida reunião sobre o carnaval e ter constatado a situação vivida pelos blocos, uma vez que estes estão sendo criminalizados. A conselheira diz que, embora a SMC não esteja na pauta, por ser uma questão tratada com a RIOTUR, importa pensar e assegurar esta conversa, visto que os fazedores de cultura e os trabalhadores informais, estão clamando por recursos e auxílios, uma vez que estão impedidos de trabalhar. A conselheira diz que importa a este Conselho pensar, como uma Lei Emergencial, considerando o estado ainda pandêmico. No que diz respeito à cadeira da dança, Andréa diz que, durante os informes, não foi dito nada sobre, mas que quer reivindicar informações sobre o aporte realizado à Deborah Colker, no valor de quatro milhões de reais. Sobre a pauta do tema, a conselheira diz concordar com o posicionamento de Ellen Costa, porque o trâmite do Plano Municipal de Políticas Culturais

é árduo e não há como fazer uma Conferência sem a aprovação deste Plano. Dito isto, Andréa diz que talvez seja necessário mudar o cronograma de realização desta Conferência e pede que seja dado destaque e atenção ao último ponto de pauta previsto, que diz respeito ao ajuste do cronograma. De acordo com o rito na Câmara de Vereadores, quando o Plano for encaminhado, terão, no mínimo, cinco audiências públicas nas cinco Áreas de Planejamento da cidade e diz que, desde o início das discussões, questionava o motivo das Pré-Conferências não começarem discutindo o Plano Municipal de Políticas Culturais. Diz que serão necessárias sete datas para as Pré-Conferências e cinco datas para as audiências públicas sobre o Plano Municipal, que seja pensado, com inteligência, uma forma de trabalhar essas discussões em consonância. A conselheira diz estar feliz com a notícia sobre a necessidade de orçamento no Plano Municipal, uma vez que a discussão inicial previa que o Plano não tivesse diretrizes orçamentárias, que as metas de curto prazo deveriam ser em seis anos e houve uma exigência, por parte dos representantes da sociedade civil, que as metas de curto prazo fossem em, no mínimo, três anos para que fossem contempladas ainda no governo do Prefeito Eduardo Paes. Diz ainda concordar que o ponto mais importante seja a construção para além da dimensão simbólica e cidadã, que tem sua devida importância, a dimensão econômica e acrescenta que já teria passado da hora da cidade do Rio de Janeiro iniciar as dimensões econômicas por territórios e o Sistema Municipal de Políticas Culturais pode proporcionar isso e reforça que ele pode, entendendo que esta lei do Sistema também tem muitos prejuízos, pela forma que foi aprovada. A conselheira diz que sua sugestão, depois de conversar com alguns representantes da dança, após vivenciar as últimas três Conferências e considerando tudo que foi dito pelos demais conselheiros, é que haja uma reflexão sobre o Sistema, o Fundo e o Plano que se têm. E diz saber que, somente se a SMC tiver, realmente, compromisso com a cidade do Rio de Janeiro, será possível sair da Conferência com um Decreto para mudar artigos da Lei do Sistema Municipal de Cultura, tendo isso já sido discutido em algumas oportunidades pelo Grupo de Trabalho, com o jurídico e com o Secretário. Acrescenta que, em algumas oportunidades, o que é dito parece não ser ouvido e praticado. A conselheira diz estar calma no encontro de hoje porque o Secretário trouxe um pacto e que sim, este é um momento propício para discutir o orçamento da cultura e que gostaria de deixar claro que sua preocupação é a possível aprovação da Lei Aldir Blanc dois e da Lei Paulo Gustavo. Diz

ainda que se não tiver a aprovação do Plano e um Sistema que interesse a cidade do Rio de Janeiro, diz saber que os prejuízos serão enormes pela distribuição territorial. Andréa completa sua fala dizendo que no documento que será discutido, ainda neste encontro, sobre a regulamentação da Conferência e do processo eleitoral, deve prever que a luta por fazer a cultura do Rio de Janeiro será além das linguagens artísticas, mas também, dos segmentos sociais. Diz ter dito, na reunião do GT realizada na segunda-feira, que o texto tirou os segmentos sociais tendo ficado somente os segmentos artísticos. Encerra sua fala dizendo que está muito feliz em entrar no Doutorado de Políticas Públicas e Formação Humana para colaborar com a disputa orçamentária na cidade do Rio de Janeiro. A secretária executiva agradece as colaborações da conselheira e passa a palavra a Tomás Ramos. Tomás diz estar representando o mandato do Vereador Tarcísio e que gostaria de tirar uma dúvida e também esclarecer uma questão sobre o Plano Municipal, sobre terem surgido algumas dúvidas em relação ao documento e, uma vez que este ponto seja resolvido, o documento poderá ser destinado à Câmara na próxima semana. Tomás diz estar preocupado pois já teriam recebido a informação do envio em outras oportunidades e acabaram não sendo concretizadas. Em relação à sua dúvida, Tomás diz ter recebido alguns e-mails referentes aos trabalhos do GT da Conferência e Eleições e gostaria de saber se há alguma previsão de aprovação das propostas apresentadas, sobre as propostas, datas e regras. Diz que há uma preocupação em função da periodicidade dos encontros do Conselho, que ocorrem apenas uma vez por mês e, caso não sejam aprovadas neste encontro, só poderão novamente ser discutidas no final de abril. Tomás acrescenta que a aprovação destas informações é fundamental para que sejam iniciadas para mobilização dos setores da sociedade civil que queiram participar desses debates. Roberta Canêjo, em resposta aos questionamentos de Tomás Ramos, diz que a proposta é que a aprovação seja realizada ainda neste encontro, como previsto na pauta encaminhada aos conselheiros. Uma vez respondido os questionamentos de Tomás Ramos, a palavra foi passada ao conselheiro Álvaro Maciel. Este, na tentativa de sugerir algum local para realização das Pré-Conferências, indica a Fundação Centro Universitário da Zona Oeste do Rio de Janeiro - UEZO, em Campo Grande. Na AP 1, diz que o último processo teria ocorrido na Sala Municipal Baden Powell. Relata que, nas Pré-Conferências, até uma semana antes, haviam pessoas solicitando a realização e, algumas dessas solicitações, teriam sido atendidas pela

gestão. Diz que isto ocorre pois, neste momento, a cidade ainda não está pensando na Conferência, mas quando for iniciada a mobilização e os eventos surge o interesse da sociedade civil e, por isso, a necessidade de deixar reservado algumas datas e locais para atender essa necessidade. O conselheiro destaca a importância da Conferência como fórum, pois, não havendo Conferência, a sociedade civil tende a participar menos do debate cultural, uma vez que a Conferência traz o debate para a centralidade em uma cidade que não discute sua cultura ou que somente discute sua cultura com a Câmara e o Conselho, que são poucos se movimentando, só perde. O conselheiro diz ser interessante quando o debate da cultura conta com a participação da Prefeitura, das diversas linguagens e outros movimentos. Diz que há uma tônica neste grupo, que é a democratização do debate, incluindo o debate institucionalizado para todas as APs. Acrescenta que a demora para realização da Conferência é um ponto que gostaria de reclamar, assim como gostaria de reclamar em relação a demora com o Plano, e que isto é um legado desta cidade. Em relação a discussão do Plano, o conselheiro diz estar contemplado pelo documento, devido ao acúmulo que o documento tem, das três últimas Conferências, e pelo árduo trabalho feito por este Conselho, que se debruçou sobre o documento durante a gestão do Prefeito Marcelo Crivella, e que o documento continuará recebendo tentativas de alteração, contribuição e colaboração. Acrescenta que, a própria Conferência, irá sugerir muitas coisas sobre o Plano e, por isso, considera muito importante a realização deste evento, assim como a renovação dos conselheiros, que ainda estão ocupando suas cadeiras por conta da prorrogação, aprovada em lei, e a impossibilidade de convocação de um novo processo eleitoral naquele momento. O conselheiro se diz ansioso, não só com a aprovação do Plano, mas também com a realização da Conferência. Roberta Canêjo agradece as contribuições do conselheiro e passa a palavra à conselheira Carla Wendling. Carla diz estar no GT da Conferência e Eleições desde o início e, em resumo as discussões da última reunião, diz que todo o processo já deveria ter ocorrido, visto que o cronograma inicial previa a realização do encontro ainda em dois mil e vinte e um. Hoje também foi apontado um ponto, já relatado pelo conselheiro Álvaro, sobre vacância, que também estava nesta proposta inicial. A conselheira diz que gostaria de esclarecer que sua fala não tem o objetivo de apontar erros ou acertos mas sim com o intuito de resolver toda esta questão. Diz ter percebido e comentado no encontro que os documentos, que precisam ainda ser

aprovados, se referem ao Plano Municipal e as discussões sobre este documento. Com isso, considera que não será possível ir para a Conferência sem a aprovação do Plano e sua sugestão é que seja dado andamento no processo, entendendo que o conselho é comprometido e aguerrido. Diz que existem algumas contribuições que alguns conselheiros, que tiveram acesso ao documento, gostariam de realizar e que estas informações possam ser encaminhadas, dentro do prazo de, no máximo, até sexta-feira, permitindo que novas informações sobre o Plano possam ser recebidas e que a Secretaria se comprometa a encaminhar estas informações, caso contrário, a conselheira diz que será necessário alterar o documento. A conselheira pede que o processo seja agilizado, que as contribuições e colocações sejam colocadas no documento e diz que, com isso, nada mais impedirá a realização da Conferência ou do processo eleitoral, que é o anseio de alguns conselheiros aqui presentes. Sobre o cronograma, a conselheira diz que como já há expectativas em relação a datas e locais, este documento já pode ser apresentado para aprovação. O representante da Secretaria, Igor Sebastian, diz que se os demais conselheiros entenderem que é viável a proposta, para a gestão não há nenhum problema em receber, até sexta-feira, estas contribuições para que sejam discutidas, acrescidas no documento para posterior envio aos conselheiros, após realizadas as alterações que forem consideradas cabíveis. Carla acrescenta que sua sugestão de envio das sugestões até a sexta-feira conta com a colaboração da gestão em dar um novo posicionamento sobre o Plano, pois o documento existente é todo pautado no Plano. Igor completa que, como dito no discurso inicial do Secretário, há intenção de avançar na aprovação do Plano e que, caso prefiram, podem utilizar a segunda-feira como data limite. O Secretário Marcus Faustini acredita que seja difícil ter uma nova posição sobre o Plano até segunda-feira. Acrescenta que o previsto é ter, até segunda-feira, um retorno aos esclarecimentos encaminhados à SUBALP. Explica que foram encaminhadas as respostas aos questionamentos realizados mas que, a partir da análise do órgão, podem surgir novos questionamentos. O Secretário diz que, de acordo com o desenho, na semana que vem ainda seja necessária para suprir todos os questionamentos e dúvidas que surgirem e que pode pautar novamente uma agenda para despacho com o Prefeito. Carla diz que, mesmo com essa possibilidade, existem alguns pontos do regimento que já podem ser apontados e discutidos. O Secretário diz que estes apontamentos já podem ser iniciados, que a meta é finalizar o processo com a SUBALP na

semana que vem, mas que existe a possibilidade de, na segunda-feira, ainda não ter uma resposta completa sobre a situação do Plano. Carla Wendling questiona os conselheiros presentes sobre sua proposta de encaminhamento. Andréa Chiesorin diz que também está inscrita e que restam trinta minutos para abrir o período de fala à sociedade civil e acredita que todos deveriam ouvir as falas da sociedade civil aqui presente porque a reunião será encerrada às dezessete horas. Andréa diz que gosta de ouvir quando o Secretário fala sobre a luta dos dois por cento do orçamento global mas que gostaria de destacar, embora amanhã seja sexta-feira, a necessidade de entender qual sexta-feira a conselheira Carla está propondo. Carla diz que a proposta considera a próxima segunda-feira, tendo a sexta, sábado e domingo para agilizar o processo. Andréa diz que o que está lhe preocupando, neste momento, não é o texto e sim o cronograma. Sendo necessário entender, com a SMC, qual é o limite deste documento e se ele poderá ser alterado, porque se há flexibilidade para mudar o cronograma será possível considerar o rito do documento ser encaminhado para discussão na Câmara. Mas se a SMC disser, que por conta do ano eleitoral, não for possível deixar de fazer a Conferência até o dia trinta de maio, será necessário ajustar o cronograma. A conselheira diz que esta é a pior questão, quanto ao trabalho de melhora do documento, não será um problema, e diz discordar de abrir a Conferência sem o Plano aprovado. Flávia Piana diz que havia solicitado inscrição. Roberta Canêjo confirma a solicitação e passa a palavra à Flávia Piana. Flávia diz que gostaria de fazer uma proposta de encaminhamento, relata que tiveram muitas reuniões do GT sobre os regimentos e que, ela mesmo, já teria revisado o documento em três ocasiões. Diz que a última reunião do GT que teria participado, que não foi a última reunião do grupo, foi muito produtiva e foi possível avançar dentro das discordâncias que tinham e fecharam o encontro com um ponto bastante polêmico que é a questão dos fóruns e ela diz que a decisão de deixá-los para o próximo conselho resolver foi muito prudente. Sobre a decisão de divulgar a primeira fase da eleição como Pré-Conferência, acrescenta que teria feito ontem um ajuste para colocar, no próprio regimento, onde chama de fórum territorial a menção à Pré-Conferência, a fim de evitar problemas com a contratação da produtora. Flávia diz que sua preocupação é em relação ao andamento do processo para licitação da produtora, dada a necessidade de contratação de uma empresa para realização destes eventos. Flávia diz que como há uma proposta de cronograma já discutida pelo GT, que o documento seja colocado em aprovação desta

plenária, condicionando uma aprovação definitiva com o envio do Plano para à Câmara. Flávia diz ter esperança de que o documento seja encaminhado à Câmara na próxima semana ou na outra e que sejam defendidas as posições do projeto de lei junto à SUBALP. Acrescenta que, para que não seja necessário convocar uma outra reunião para aprovação do cronograma já proposto, que este seja aprovado com esse condicionamento de envio do Plano junto à Câmara. Flávia questiona se o desejo deste Conselho é de aguardar a aprovação do Plano para realizar a Conferência. Flávia entende que este projeto de lei já foi debatido na sociedade civil, antes da atual gestão. Diz que o trabalho do consultor foi feito em cima da proposta da sociedade civil com o que o poder público acha ser melhor e, após as reuniões com todos os GTs do Plano Municipal, foi aprovada a minuta. Dito isto e uma vez que o projeto não seja deturpado na Câmara, já se tem uma proposta do que se quer para a cultura, para o Conselho e para uma política de cultura. Com isso, Flávia reitera que se vote a aprovação do cronograma condicionado à remessa do Plano para à Câmara, para que não se perca mais tempo devido a possibilidade de problemas que podem surgir na licitação, como recursos, licitação deserta ou fracassada, tendo a necessidade de repetir o processo e adiar o cronograma aqui pré-estabelecido por questões de força maior. O conselheiro Álvaro Maciel diz que gostaria de comentar o encaminhamento. Álvaro diz que a proposta do Conselho é de condicionar não ao envio e sim a aprovação do Plano à Câmara, mesmo não sabendo quanto tempo o processo poderia perdurar por lá. Acrescenta que isso inviabiliza o processo administrativo e, com isso, pode ser dado início ao processo após o envio do documento e que seja pensada em uma condição em relação à aprovação. O conselheiro diz que o processo pode ser dividido em duas partes, a primeira parte deve consistir na convocatória e na realização das Pré-Conferências, enquanto em paralelo ocorre a tramitação do Plano na Câmara. O conselheiro lembra que, no processo passado, mesmo após a publicação do cronograma, o documento foi alterado, não tendo a Conferência sido realizada na primeira data divulgada, precisando ser prorrogada por conta dos trâmites da gestão. Dito isto, o conselheiro diz que, no futuro, pode ser realizada uma nova avaliação caso o plano não esteja aprovado e que, a plenária da Conferência, seja prorrogada até que a aprovação ocorra. A conselheira Carla Wendling apresenta um questionamento realizado no chat da ferramenta sobre o prazo para a contratação antes da realização da Conferência. Flávia Piana diz que o prazo que o Edital do Pregão fica aberto é

de quinze dias úteis, mas diz que o processo não está aberto por conta da necessidade de conclusão do Termo de Referência, que depende da aprovação do cronograma. Dito isto, Flávia diz que se o processo for aberto amanhã, ele ficará, em média, quinze dias sendo tramitado. Até que passe pela procuradoria, atos orçamentários e mais a publicação deve levar uns quarenta dias para realizar o pregão. Andréa Chiesorin questiona qual é o limite para realizar alguma coisa, neste período pré eleitoral. Flávia diz que, pela lei eleitoral, acredita que não exista impedimento para realização da Conferência no período eleitoral, mas questiona se haverá a mobilização desejada para a Conferência, por parte da sociedade civil, em um ano de eleição tão aguardado. Antes que fossem iniciadas as falas da sociedade civil, Flávia pede a palavra para um esclarecimento. Diz ser complicado realizar uma Conferência em um ano eleitoral e haver algum tipo de proibição por parte do TRE porque, eventualmente, pode ser que algum candidato apareça e seja configurada propaganda eleitoral. Andréa completa que é possível pensar em alguma data limite para realização da Conferência que considere o início do cronograma do processo eleitoral. A secretária executiva abre os pedidos de inscrições à sociedade civil e passa a palavra à primeira inscrita, Sarah Alonso. Ela diz que é agonizante participar dessa reunião enquanto sociedade civil e só poder falar ao final do encontro. Diz que se a abertura do processo começar na próxima semana e se o processo levar, em média, trinta dias para ser concluído, as Pré-Conferências começarão em maio, caso não ocorra na próxima semana, os eventos só ocorrerão a partir do meio de maio. Sarah diz que o andamento do processo de licitação depende da aprovação do cronograma mas, questiona também, quanto tempo será necessário para ter a regulamentação, que foi o documento debatido no encontro do GT. Sarah diz que a regulamentação foi encaminhada na semana passada, ou seja, mesmo tendo Flávia Piana dito que corrigiu o documento três vezes, a sociedade civil não tinha acesso ao documento. Diz que conseguiu ler o documento mas ainda não conseguiu realizar as considerações desejadas, relatando que o tempo da sociedade civil e do poder público são diferentes. Sarah diz que gostaria de entender o limite para considerações sobre a regulamentação, a fim de ter um trabalho mais organizado, visto que as informações previstas no documento ainda são frutos de discussão neste Conselho e diz não entender o porquê do GT não estar, todo este tempo, debruçado sobre esta regulamentação. Sarah diz que é importante entender até para que possa se organizar e entregar dentro de um prazo,

uma vez que agora está fazendo parte do GT. Acrescenta que apesar de parecer simples, não é uma tarefa fácil fazer o condicionamento da Conferência com o Plano, visto a necessidade de esclarecimentos à sociedade civil do que é a pauta do Sistema. Sarah diz que o texto do Plano está pronto há um ano e meio, antes mesmo do início da atual gestão, que o documento foi revisto, houve a chegada do consultor e ainda há muito que ser esclarecido, apesar do texto estar bom para envio à Câmara. Segue sua fala dizendo que é muito bom ouvir a questão da porcentagem e saber que está se chegando em uma discussão econômica. Sarah acrescenta que há muitas questões no plano que precisam ser debatidas e conhecidas pela sociedade civil e que a discussão não pode se limitar ao Conselho. Diz que o texto está alinhado para que avance na Câmara dos Vereadores e partir para o ponto de discussão com a sociedade civil. E que é necessário alinhar com a Conferência a Lei Aldir Blanc 2 e a Lei Paulo Gustavo que dependerão do que está no Plano. Diz que há o Fundo mas que a Lei do Sistema, que regulamenta o Fundo, é muito aberta e por isso a necessidade do Plano para situar a sociedade civil sobre como o dinheiro é distribuído e como se dá a participação da sociedade civil. Sarah diz que é necessário ser inteligente na tentativa de juntar as duas pautas das Pré-Conferências e discussão do Plano na Câmara e não ser atropelado neste processo de campanha eleitoral. Sarah questiona se será possível fazer a regulamentação após a aprovação do cronograma para a licitação ou se os processos precisam ser feitos juntos. E diz, novamente, que é essencial alinhar as audiências públicas e Pré-Conferências para que as discussões não fiquem saturadas. Sarah Alonso encerra suas colaborações e reforça o pedido de que as reuniões territoriais retornem, uma vez previstas no Regimento Interno deste Conselho. Roberta Canêjo passa a palavra à convidada Kelly Cristina. Kelly diz ser um prazer estar presente e poder rever alguns amigos. Diz que todos os debates colocados são antigos, porque está se falando apenas de uma cultura de pessoas mas também de entretenimento do que se deseja para a cidade e para o país. Kelly diz que existem vários movimentos realizando esses questionamentos. Que começou com o pedido do Emídio, através do CMPC sobre os blocos e bandas, onde todos se uniram para poder entender e chamar, quase todo o poder público de influência, para o debate. Kelly diz que há direcionamento, no Plano Diretor, que o diálogo pelo poder público seja aberto com a sociedade civil, mas ao tentar fazer não se teve resposta. Em uma segunda provocação, com representantes da RIOTUR, foi dito o mesmo que o Secretário da SMC, que ainda existem

muitas coisas a serem elaboradas e o Vereador Tarcísio Motta aproveitou e colocou a mesma visão na Câmara Municipal. A convidada diz que vem estudando o Plano Diretor, que prevê um processo de reestruturação, em todas as políticas públicas, da cidade em dez anos. Diz que é sempre assim que se fecha no cenário político, onde ninguém diz o direcionamento de nada para poder não ter falhas ou para poder não cumprir. Kelly diz que a sociedade civil está cansada de promessas e que quer ações e atitudes, que é o que está faltando. Diz acreditar que hoje, metade da sociedade civil, não esteja entendendo e participando efetivamente deste quadro que está sendo colocado. Questiona qual será o projeto a ser colocado para as Secretarias e demais órgãos responsáveis conseguirem aprovar qualquer cronograma, os financiamentos e as propostas. Acrescenta que estava estudando as audiências e conferências dentro da Câmara Municipal e foram distribuídos para explicações em três polos e pede que algum dos assessores dos mandatos expliquem essa situação. Primeiro: territorial, setorial e temático. Então, nas audiências, a cada dia, com representantes falando, discutindo e questionando o Plano e, em nenhum momento, viu cultura. Nem no territorial, no tributário, temático e no setorial. Estas discussões serão itinerantes, caminhando para entender o que a sociedade civil quer sobre o Plano Diretor, mas não viu cultura e a cultura deve entrar sim. Kelly diz ser representante de uma parte dos vendedores ambulantes no centro da cidade. Vendedores ambulantes que são uma cultura tradicional nacional e ninguém consegue acabar. Que deve ser feita uma regulamentação destes comerciantes mas de forma decente e com dignidade. Diz que há uma repressão para uma organização urbana mas se colocar a culpa em apenas um setor, não é válido. Avaliando todos os setores, a cidade fecha, não se terá mais entretenimento para ninguém. Kelly diz que isto precisa ser mais debatido e que gostaria de somar forças para que consigam a evolução do Plano. Carla Wendling faz um adendo dizendo que a convidada que fez a fala, Kelly Cristina, é uma das representantes da União dos Blocos e Bandas e dos camelôs, que pediu que o Conselho deliberasse o encaminhamento para que fossem ouvidos. Roberta Canêjo agradece a fala da convidada e passa a palavra à Rita Colaço. Rita Colaço saúda os presentes, agradecendo o momento de fala e faz sua apresentação. Rita diz que é do Museu Bajubá e está representando o Movimento Restitua Nosso Patrimônio LGBTI+. Rita diz que o Movimento possui uma demanda muito séria, solicitando a abertura de um canal de diálogo com o Prefeito, tendo em vista a restauração e

devolução, para a comunidade, do Cabaret Casanova, que está no corredor cultural, na Lapa, em frente aos arcos. Desde mil novecentos e oitenta e seis o arquiteto que criou o corredor cultural era de opinião de que o imóvel deveria ser tombado, reconhecendo o protagonismo dos artistas trans e a sua resistência no imóvel e, com isso, desde aquela época o espaço já é reconhecido como um patrimônio. Rita diz que ele é o maior, mais antigo e representativo patrimônio do Brasil. Acrescenta que não há, até o momento, nenhuma notícia de outro imóvel que, por tantos anos, tenha abrigado a cultura LGBT. Diz que o Cabaret existe com espaço de show protagonizado por artistas trans desde mil novecentos e sessenta, tendo muitos relatos e fontes documentais, e com relatos orais desde mil novecentos e quarenta e mil novecentos e cinquenta, indo até dois mil e oito. O cabaret foi aberto em mil novecentos e trinta e nove por uma mulher, Maria Marquezine, e a partir de mil novecentos e quarenta que começaram as atividades para travestis. A partir de mil novecentos e sessenta, as apresentações de travestis se tornaram o carro chefe da casa de espetáculos e no início dos anos setenta eram assistidos, basicamente, pelas senhoras e senhores da alta sociedade e depois o próprio público LGBT e artistas da MPB, como Emílio Santiago e Alcione se apresentaram ali por muitas vezes. No momento, o espaço encontra-se abandonado. Na última gestão do Prefeito Eduardo Paes, foi colocado em lei de desafetação, permitindo a venda do espaço. No mandato de Marcelo Crivella, o local foi transferido para a Comlurb. O espaço continua com infiltrações que ameaçam a integridade do prédio, podendo ser constatadas pela fachada do imóvel. Diz que o imóvel continua sendo invadido por um depósito clandestino de bebidas desde sua desocupação, em dois mil e quinze. A mensagem transmitida é que a Prefeitura, em sua incompetência por administrar o imóvel e expulsar os invasores, se livra do patrimônio. Com isto, Rita solicita o apoio do CMPC pois este é o maior patrimônio material do movimento, que o espaço poderia estar sendo revertido para a cidade, cumprindo o discurso do Prefeito da cultura como um instrumento de autoestima da população LGBT, principalmente, da população trans e revigoração da economia da cidade. Enquanto movimento, não estão conseguindo recepção por nenhum dos canais da Prefeitura, tendo passado todo o ano de dois mil e vinte e um tentando dialogar com o Coordenador da Coordenadoria Executiva da Diversidade Sexual da Prefeitura do Rio de Janeiro - CEDSRIO, que tem conhecimento da importância do imóvel, tanto que em junho do ano passado a CEDSRIO junto com a SMC colocaram a

placa reconhecendo como patrimônio da diversidade cultural e, no entanto, só colocaram a placa, posaram para a foto mas sem nenhuma ação concreta para sua preservação ou restauração. Rita diz que está usando esse espaço para solicitar, se possível, um outro momento ou reunião onde possa apresentar mais dados concretos sobre essa situação, na tentativa de conseguir um diálogo com o Prefeito para que seja possível discutir esta questão. Rita agradece o momento de fala e encerra suas contribuições. Roberta Canêjo agradece as contribuições e passa a palavra à convidada Isabel Gomide. Isabel cumprimenta os presentes, agradece o espaço de fala e ressalta a importância da sociedade civil em marcar presença nestas reuniões. Diz que, a princípio, não tinha o que falar neste encontro mas que, refletindo sobre a fala da convidada Sarah Alonso, gostaria de falar sobre a divulgação de uma Conferência, na expectativa de ser um evento de grandes proporções para a sociedade civil da cultura, já pode começar a acontecer a partir das redes sociais da SMC. Isabel diz que segue as redes sociais da SMC e do Secretário e que nunca constatou nenhuma publicação sobre o CMPC. Dito isto, acrescenta que, em sua percepção, não existe nenhuma vontade desta gestão em valorizar o CMPC, que não há vontade de que isso dê certo e que isso já é uma fala comum, tendo a sensação de que é tudo um grande teatro. Isabel gostaria de deixar registrado a importância que as coisas sejam faladas com verdade e seriedade. Acrescentando que a previsão é que os recursos cheguem, a partir das leis que foram mencionadas, e que não se sabe como será feito o tratamento destes recursos. Isabel relata ter experiência no que ocorre na cidade de Petrópolis que, mesmo sendo uma cidade pequena, tem um edital anual. Isabel Gomide reitera sobre o envio de duas cartas à SMC e que, até hoje, não teve respostas. A convidada comenta que se os conselheiros não são respondidos pela SMC, quem dirá a sociedade civil. Carla Wendling diz que vaziar informações também não deveriam ocorrer. Isabel Gomide relata ter recebido contato, do Secretário, reclamando de sua postura enquanto sociedade civil em sua militância, alegando ter sofrido assédio moral. A convidada diz que é importante que sua fala fique registrado o ocorrido, apesar de não terem sido respondidas suas cartas. Isabel diz que acompanha as reuniões deste Conselho e que não vê vontade de que isso dê certo. Roberta Canêjo agradece a fala de Isabel Gomide. Igor Sebastian, na tentativa de dar uma encaminhamento à solicitação de Rita Colaço, diz que será marcada reunião na SMC para tratar da solicitação. Carla Wendling diz que, como conselheira do carnaval, gostaria de

participar desta reunião mencionada por Igor. O Secretário Marcus Faustini pede a palavra para deixar registrado, uma vez que foi citado pela convidada Isabel Gomide, que não comete assédio moral com ninguém. Diz que às vezes, com pessoas que conhece já há alguns anos, tem a liberdade de telefonar para discutir determinado posicionamento e acredita que estas declarações são de nível “bolsonarista” e fogem do debate. Fustini convoca a todos para o debate, para realização da Conferência e das eleições. Diz ser um absurdo estar há duas horas ouvindo as demandas de todos nesta reunião e ouvir este tipo de acusação e diz que não tem a prática política de gerar conflitos desnecessários que atrasem o debate. O Secretário diz lamentar o ocorrido por conhecer a convidada há muitos anos e por respeitá-la como produtora. Diz que as acusações realizadas são muito graves e seria o mesmo que insinuasse que há uma orquestração política para que a Conferência não seja realizada. Fustini diz que o contato não foi para realizar assédio moral e sim para discutir o ocorrido, uma vez que são pessoas que se conhecem e que trocam mensagens frequentemente. O Secretário diz que a afirmação realizada é grave e que avaliará, inclusive, as medidas que devem ser adotadas mediante este tipo de acusação. A secretária executiva pede que o representante da SMC, Igor Sebastian, conclua sua sugestão de encaminhamento. Igor Sebastian diz que será providenciada uma reunião com Rita Colaço, contando com a presença de Carla Wendling, mediante solicitação, para tratamento da demanda do Cabaret Casanova. Andréa Chiesorin pede que o encontro seja aberto ao Conselho. Igor Sebastian diz que pode fazer este comunicado quando o encontro estiver definido e questiona se todos concordam com a proposta de encaminhamento. Igor sugere outra proposta de encaminhamento em relação a aprovação do cronograma, atrelando a realização da Conferência à aprovação do Plano Municipal para que seja dado início ao processo de licitação e que os documentos de regulamentação sigam sendo trabalhados em paralelo. Flávia Piana complementando a sugestão, diz que a sugestão é quanto a aprovação do cronograma para realização das Pré-Conferências e, posteriormente, mediante aprovação do Plano, seja realizada a Conferência. Andréa Chiesorin diz que pode ser pensado alguma forma de assegurar, na regulamentação, a possibilidade de prorrogação da Conferência em consonância com a aprovação do Plano. Andréa diz que esta possibilidade de prorrogação deve ser escrita, assegurando o acordo efetuado neste encontro. Flávia Piana diz que a informação pode ser registrada em ata e o resumo desta decisão pode ser formalizada

através de e-mail, dizendo: “Foi acordado que o cronograma é este, as Pré-Conferências ocorrerão nestas datas, possibilitando a licitação e a realização das eleições e a Conferência fica atrelada a aprovação do Plano. Caso o Plano seja aprovado até a data “X”, a Conferência ocorrerá conforme este cronograma. Caso o Plano não seja aprovado, a data da Conferência será adiada.”. Igor Sebastian diz que se todos concordarem, esta pode ser a proposta de encaminhamento. Sarah Alonso questiona quais são estas datas, visto que a sociedade civil não teve acesso ao documento. O apoio técnico realizou a tentativa de envio do documento pelo chat da ferramenta, porém, o Zoom não permite envio de documentos pelo chat ou que cole as informações do documento, que estão em formato de planilha. Na finalidade de informar os presentes, Andréa Chiesorin realiza a leitura do cronograma das Pré-Conferências: 06/05 - Museu de Arte do Rio de Janeiro - AP 1; 07/05 - Espaço Ser Cidadão - AP 5; 08/05 - Lona Jacob de Bandolim - AP 4; 13/05 - Sala Municipal Baden Powell - AP 2; 14/05 - Arena Carioca Fernando Torres - AP 3; 15/05 - Arena Abelardo Barbosa Chacrinha - AP 5; 20/05 - Museu Histórico da Cultura Afro Brasileira - MUHCAB - AP 1; 21/05 - Mocidade Unida da Cidade de Deus - AP 4; 22/05 - Arena Carioca Carlos Roberta de Oliveira Dicró - AP 3; 27/05 - Centro Coreográfico da Cidade do Rio de Janeiro - AP 2; 28/05 e 29/05 - Livre. O cronograma do processo eleitoral prevê: 15 à 27/05 - Confirmação e homologação das candidaturas; 05 às 12/06 - Eleições online; 14 e 15/06 - Resultado das eleições; 16 à 23/06 - Livre; 24/06 - Posse dos novos conselheiros. A conselheira Andréa diz que há necessidade de discussão sobre a posse do novo Conselho, visto que o atual colegiado finaliza a Conferência e, em seguida, deve ser feita a nova posse. Sarah Alonso questiona sobre algumas datas de abril que teriam sido mencionadas. Andréa diz que o processo das Pré-Conferências são a partir de maio e que, em abril, seria o período de divulgação destes eventos. Igor Sebastian diz que o pensamento inicial era de iniciar as divulgações ainda no mês de abril e que estas datas deverão ser ajustadas no GT. Roberta Canêjo diz que, para realização das Pré-Conferências, é necessário que a produtora já esteja contratada. Igor Sebastian completa que, com a aprovação do cronograma, a gestão correrá com o andamento do processo de licitação para ter a definição da produtora já para o mês de maio, onde está previsto o início das Pré-Conferências. Sarah Alonso ressalta a importância da aprovação do cronograma para que não haja o problema das eleições serem atreladas pelas Pré-Conferências e diz que gostaria de provocar a reflexão sobre o envio

do Plano à Câmara e início das marcações das audiências públicas. Igor Sebastian diz que Tomás Ramos, assessor do Vereador Tarcísio Motta, disse no chat da ferramenta que conseguirão marcar para maio, junto com as Pré-Conferências. Andréa Chiesorin diz que é necessário entender e planejar o cronograma com sabedoria porque se estão previstas dez reuniões territoriais mais as sete audiências públicas dá um total de dezessete reuniões. Igor Sebastian diz, em relação às reuniões territoriais, que foi um pedido dos próprios conselheiros que fossem realizadas duas reuniões por Área de Planejamento. Carla Wendling diz que o pedido foi para realização de dois encontros nas APs três, quatro e cinco. As demais seriam consequência do processo. Sarah Alonso diz que se coincidir o mês de maio para tal, talvez seja interessante ser um encontro da Pré-Conferência e outra da audiência pública, desta forma, seriam feitas duas por Área de Planejamento, fazendo a divulgação de forma conjunta. Igor Sebastian diz não ver problema pois as audiências ocorrem durante a semana e as Pré-Conferências estão programadas para os finais de semana. Andréa Chiesorin realiza a leitura da mensagem de Tomás Ramos, onde diz: “O importante é receber o Plano para dar tempo de realizar as audiências em vinte e cinco de maio.” Igor Sebastian diz que, com a previsão dada por Tomás, somente as últimas Pré-Conferências coincidiriam com as audiências. Andréa Chiesorin diz que este alinhamento de calendários é algo que pode ser vantajoso e deve ser pensado. Tomás Ramos diz que seriam necessárias cinco semanas para realizar cinco audiências, o que, segundo ele, já é um ritmo intenso. Completa dizendo que, a partir do dia vinte e cinco de maio, terão duas audiências por semana sobre o Plano Diretor, ficará muito difícil de conciliar estes processos, sendo o ideal concluir as audiências sobre o plano antes desta data. Tomás diz que podem ocorrer alguns processos simultâneos, não que isto seja um problema, já que a ideia da audiência é servir como um espaço de participação popular na discussão do Plano e, somente após as audiências, que terão os insumos necessários para, via Comissão, tentar apresentar as propostas de emenda e votar ainda em junho. Tomás diz que, caso o plano seja recebido na primeira semana de abril, terá tempo de organizar as cinco audiências antes do processo do Plano Diretor tomar conta de todo o calendário da Câmara Municipal. Andréa Chiesorin, a partir da fala de Tomás, diz que é importante saber que as audiências não serão por território e sim por capítulo do Plano. Tomás Ramos acrescenta que os processos podem caminhar em paralelo, uma vez que as audiências

ocorrerem durante a semana e as Pré-Conferências, aos finais de semana. Sarah Alonso questiona se as audiências precisam ser na Câmara ou se há a intenção de levá-las aos territórios. Tomás Ramos diz que a ideia inicial era a necessidade de realizar as audiências divididas pelos títulos e não pelo recorte territorial. Acrescenta que, como já estão previstas as Pré-Conferências fazendo essa divisão territorial a ideia é que as audiências fossem realizadas na Câmara, podendo ser híbridas, como estão ocorrendo as audiências do Plano Diretor. A assessora do Vereador Reimont, Suelyemma Franco, complementa a fala do assessor Tomás e diz que na expectativa de chegada do Plano à Câmara, houve um momento em que foram agendadas as audiências públicas, que precisaram ser canceladas. Suelyemma diz que é muito importante ter o Plano na Câmara para que seja pensado o calendário, considerando a experiência recente vivida. Diz que é importante conciliar os calendários dos vereadores, o calendário da Câmara e o calendário do Secretário ou de algum representante da SMC, ou seja, uma série de conjugações que só terão materialidade quando o Plano estiver na Câmara. Suelyemma acrescenta que, em seu entendimento e a partir das informações que vêm sendo reportadas pela SMC à Comissão, deve levar ainda duas semanas para que o documento seja encaminhado e possibilite começar a discussão sobre as datas. Suelyemma diz ainda que há um acordo para que uma dessas audiências públicas ocorra presencialmente na zona oeste. Tomás Ramos pede para acrescentar uma informação, dizendo que já há uma deliberação para o dia onze de abril quanto à primeira reunião da Comissão Permanente de Cultura da Câmara e, se o Plano chegar antes desta data, seria possível deliberar esse planejamento apresentado por Suelyemma. Caso contrário, como só ocorre uma reunião da Comissão por semana, somente na semana seguinte. Tomás diz que é necessário que haja um esforço para que o documento chegue até o dia dez de abril para que as discussões já sejam iniciadas pela Comissão no dia onze. Igor Sebastian questiona se é possível aprovar o cronograma para andamento dos demais processos administrativos. Sarah Alonso diz permanecer com dúvida em relação a se devem ser mantidas uma ou duas reuniões por território, pois, acontecendo este encontro de datas entre os fóruns e as audiências públicas, Sarah diz que o setor da cultura não tem fôlego ou pouca militância para conseguir, duas vezes por semana, abdicar do trabalho para estar nessas discussões. Igor Sebastian diz que se for acordado pelo Conselho, as reuniões territoriais podem ser diluídas para um encontro por AP e diz que, caso fique pesado a

realização de tantos encontros, é possível realizar os ajustes com a produtora contratada visto que é previsto, em alguns casos, a alteração de local e data para realização dos eventos. Andréa Chiesorin diz que será necessário que a sociedade civil se organize, fazendo rodízio entre os conselheiros para que não seja necessário abrir mão dos dois encontros por territórios, visto que dentro da mesma Área de Planejamento o cronograma prevê os encontros em locais distintos, ou seja, com públicos diferentes. Carla Wendling concorda com a fala da Andréa e diz que prefere deixar as datas já estipuladas e, caso seja necessário, alterá-las ou cancelá-las futuramente. Andréa Chiesorin diz que a aprovação do cronograma pode ser realizada nos termos apontados por Flávia Piana, formalizado e assegurado através de e-mail. Sarah Alonso lembra que, mediante aprovação deste cronograma, deverá ser iniciado, neste mês de abril, o processo de divulgação dos processos. Andréa Chiesorin questiona quando a ata da reunião de hoje será encaminhada. Roberta Canêjo diz que por conta dos componentes da secretaria executiva deste Conselho, responsáveis pela confecção das atas, não serem funcionários exclusivos do Conselho, possuem outras atribuições e responsabilidades dentro da Secretaria. Com isso, está sendo feito o possível para que as atas em atraso sejam disponibilizadas, visto que está faltando apenas a revisão dos documentos, e que a ata desse encontro seja encaminhada junto à próxima convocação, como sempre ocorreu. Após tal fala, a secretária executiva Roberta Canêjo dá a reunião por encerrada com tais encaminhamentos. Sem mais assunto a ser tratado, a reunião foi encerrada às dezessete horas e quarenta e cinco minutos. Eu, Roberta Canêjo Monteiro da Silva, lavrei a presente ata que vai por mim assinada, pela Presidente, a Vice-Presidente e Conselheiros presentes que desejam testemunhar o atesto deste documento.